

As normas de contabilidade financeira influenciam a contabilidade de gestão das PME industriais de excelência? Estudo empírico

Maria João Cardoso Vieira Machado

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
maria.joao.machado@iscte.pt

(Recebido em 27 de Outubro de 2008; Aceite em 27 de Fevereiro de 2009)

Resumo

O presente trabalho tem por objectivo analisar a eventual influência das normas de contabilidade financeira sobre a contabilidade de gestão das empresas industriais portuguesas, classificadas pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento como PME excelência. Os pressupostos ontológicos e epistemológicos subjacentes ao estudo são compatíveis com o paradigma de investigação positivista. Foram realizadas entrevistas a responsáveis pela contabilidade de gestão de 58 empresas localizadas em 11 distritos portugueses. Foi recolhida evidência proveniente de três perspectivas diferentes, os objectivos da valoração dos produtos, a utilização de critérios diferentes nas duas contabilidades, e a forma como são tratados os custos não industriais, que nos permite concluir não existir influência das normas de contabilidade financeira sobre a forma como as empresas valoram os produtos na contabilidade de gestão.

Palavras-chave: Influência; contabilidade financeira; gestão; PME; Portugal.

DO FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS INFLUENCE MANAGEMENT ACCOUNTING OF PORTUGUESE SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES OF EXCELLENCE?

Abstract

This study aims to examine whether the product costing system used by Portuguese firms, classified as SME (small and medium-sized) Enterprises of Excellence, is conditioned by the financial accounting standards. The ontological and epistemological approach followed by this study is compatible with the paradigm of positive research. Interviews were held with the persons responsible for the management accounting function of 58 companies located in 11 districts of Portugal. The evidence gathered suggests that the product costing system is not conditioned by the financial accounting standards.

Keywords: Financial accounting; management accounting; Influence; SME; Portugal.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objectivo contribuir para o conhecimento sobre a influência das normas de contabilidade financeira sobre a contabilidade de gestão das pequenas e médias empresas (PME) industriais portuguesas. Como objectivos mais específicos podem-se identificar os seguintes:

- Analisar se as empresas valoram os produtos da mesma forma nas duas contabilidades.
- Identificar se os objectivos subjacentes à valoração dos produtos na contabilidade de gestão estão relacionados com as exigências do reporte externo ou com as necessidades da gestão das empresas.

Continua a ser uma preocupação actual dos investigadores a análise da influência da contabilidade financeira sobre a contabilidade de gestão, a qual é referida pela teoria (Kaplan, 1986; Johnson e Kaplan, 1987; Johnson, 1994; Roslender, 1996), mas cuja evidência recolhida através de trabalhos empíricos mostra conclusões contraditórias (Drury e Tayles, 1994; Joseph *et al.* 1996; Hopper *et al.*, 1999; Haldma e Lääts, 2002; Alves e Ussman, 2006), as quais exigem mais estudos que confirmem os resultados já obtidos em cada País. Em Portugal, numa fase em que se prepara a aplicação de um novo normativo de contabilidade financeira, justifica-se uma análise deste tipo que permita prever um eventual impacto na contabilidade de gestão. O único estudo realizado em Portugal que aborda esta problemática (Alves e Ussman, 2006), foi realizado em grandes empresas.

Restringiu-se o universo a estudar às PME, devido ao seu elevado peso no tecido empresarial nacional. Um estudo realizado pelo IAPMEI (2002), refere que 99,5% das empresas nacionais são pequenas e médias, o que confere relevância ao estudo deste tipo de empresas para caracterizar a situação do País. No entanto, o elevado número de PME em Portugal, 1.140.735 empresas em 1999 (IAPMEI, 2002) exige uma maior restrição do universo a estudar. Desta forma delimitou-se este estudo às empresas classificadas pelo IAPMEI como excelência-industria, por duas razões:

- A delimitação às PME industriais justifica-se por pertencerem ao sector de actividade que, em termos históricos, tem mais tradição na utilização de sistemas de contabilidade de gestão.
- A utilização de empresas classificadas como PME excelência justifica-se pelo facto de constituir uma selecção de empresas já realizada com objectivos convergentes a este trabalho, uma vez que a referida classificação pretende “...distinguir as pequenas e médias empresas que mais se destacam... pelos seus desempenhos económico-financeiro e de gestão...” (IAPMEI, 2002:17).

Relativamente ao período de análise, optou-se pela delimitação do universo a estudar às empresas que obtiveram essa classificação de forma consistente em 2000 e 2001. As justificações para esta opção são duas:

- O objectivo de tratar a informação mais recente levou à opção pelos dois últimos anos de atribuição da classificação.
- A selecção das empresas classificadas simultaneamente nesses dois anos, tem como objectivo identificar aquelas que corresponderam de forma consistente aos requisitos do prémio.

Os pressupostos ontológicos e epistemológicos subjacentes a este trabalho são compatíveis com o paradigma de investigação positivista.

O universo em análise é constituído pelas 163 empresas classificadas de forma consistente, no actual século, como PME excelência – indústria. A recolha de dados foi feita através da realização de entrevistas aos responsáveis pela contabilidade de gestão por se considerar que estes têm o domínio da informação sobre a qual se pretende recolher evidencia. Foram realizadas 58 entrevistas em empresas localizadas em 11 Distritos de Portugal, o que gerou uma taxa de participação de 36%. Foi realizado o tratamento da não resposta, o qual permitiu concluir não existirem diferenças estatisticamente significativas entre as empresas respondentes e as não respondentes.

2. A INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE FINANCEIRA NA VALORAÇÃO DOS PRODUTOS

A informação necessária à gestão de qualquer organização exige a valoração de diversos objectos de custo, os quais são definidos por Franco *et al.* (2005: 215) como “*entidades (produtos, serviços, actividades, departamentos, clientes, ...)* para as quais se considera necessário conhecer o respectivo custo”. O presente trabalho centra-se na valoração de um objecto de custo em particular, os produtos fabricados pelas empresas industriais.

A relevância desta problemática justifica-se pela necessidade da contabilidade fornecer informação útil à gestão (Ferreira, 2007), o que torna a valoração dos produtos na contabilidade de gestão essencial para a tomada de decisão, quer em termos de *pricing* quer para a análise da rendibilidade de cada produto.

A forma como se valoram os produtos depende dos objectivos a atingir (Johnson e Kaplan, 1987). Estes autores referem que durante os primeiros três quartos do século XX os métodos de custeio dos produtos só se pre-

ocupavam com um objectivo, a valoração de inventários para satisfazer as exigências da contabilidade financeira. Para cumprir este objectivo, apenas os custos industriais devem ser considerados na valoração dos produtos, pelo que os sistemas contabilísticos desenvolvidos só se preocupavam com este tipo de custos. O ambiente empresarial alterou-se significativamente no final do século XX. O aparecimento de uma nova filosofia de gestão orientada para o mercado e para a inovação tecnológica fez com que os custos não industriais passassem a ter um peso muito significativo nos custos totais das empresas.

Drury e Tayles (1994) referem que os produtos têm de ser valorados de duas formas diferentes para cumprir dois objectivos, valorar inventários na contabilidade financeira e fornecer informação útil à gestão. Kaplan (1988) desdobra em dois o último objectivo referido por Drury e Tayles (1994) ao considerar que a valoração dos produtos necessita cumprir três funções diferentes, pelo que um único método não é adequado para uma empresa. São necessários métodos que permitam:

- Valorar inventários na contabilidade financeira. Para este efeito, o custo dos produtos deve estar de acordo com as normas de contabilidade financeira, ou seja, apenas os custos industriais os devem valorar.
- Realizar o controlo operacional, ou seja, analisar de forma precisa os recursos produtivos consumidos. Para este efeito Kaplan (1988) considera que não devem ser utilizadas bases de imputação arbitrárias.
- Apurar o custo individual de cada produto ou no mínimo de cada linha de produto, para efeitos de análise de preço e rendibilidade de cada um. Para este objectivo devem ser utilizados critérios diferentes dos necessários para a valoração de inventários (Kaplan, 1988). O custo individual de cada produto deve ter não só os seus custos de produção mas também os não industriais, o que obriga a que se encontrem critérios mais adequados para repartir todos os custos indirectos, independentemente de pertencerem ou não à área industrial (Johnson e Kaplan, 1987).

A coexistência destes três objectivos faz com que a valoração dos produtos esteja ligada ao tipo de relação existente entre a contabilidade de gestão e a contabilidade financeira (Kaplan, 1986; Johnson e Kaplan, 1987; Johnson, 1994; Roslender, 1996).

Roslender (1996) argumenta que esta influência da contabilidade financeira sobre a contabilidade de gestão provoca danos evidentes na informação para a gestão, a qual fica condicionada por uma visão de curto prazo centrada nos problemas da valoração de existências. Johnson e Kaplan (1987) e Johnson (1994) tomam uma posição idêntica ao defenderem que

a contabilidade de gestão falhou em se adaptar às exigências da gestão das empresas. Os autores apontam como uma das soluções para que tal problema não subsista a necessidade de separar a informação das duas contabilidades, obrigando as empresas a desenhar diferentes sistemas de custos para diferentes objectivos.

Encontraram-se cinco artigos, apresentados no Quadro Q1, que abordam a problemática da influência das normas de contabilidade financeira sobre a contabilidade de gestão.

Drury e Tayles (1994) realizaram inquéritos sobre a valoração dos produtos em trezentas e três divisões de duzentas e sessenta grandes empresas industriais do Reino Unido. Os resultados mostraram que a maioria das empresas tem as mesmas regras de valoração de produtos nas duas contabilidades, ou seja, utiliza a mesma informação sobre custo dos produtos para a tomada de decisão e para valoração de inventários. Os próprios autores referem que apenas o facto de a informação preparada para as duas contabilidades não ser diferente, não permite concluir de forma segura que a contabilidade externa influencia a contabilidade interna, reconhecendo a necessidade de futura investigação que confirme se existem outros factores a justificar esta coincidência ou se é mesmo uma influência directa.

Quadro Q1 – A problemática da influência das normas de contabilidade financeira

Artigo	País	Método recolha de dados	N.º de respondentes	Influência	Variável
Drury e Tayles (1994)	Reino Unido	Inquéritos	303	Sim	Mesmos critérios nas duas contabilidades
Joseph <i>et al.</i> (1996)	Reino Unido	Inquéritos	308	Não	Objectivos da contabilidade de gestão
Hopper <i>et al.</i> (1999)	Japão	Entrevistas	11	Sim	Objectivos da contabilidade de gestão
Haldma e Lääts (2002)	Estónia	Inquéritos	62	Sim	Mesmos critérios nas duas contabilidades
Alves e Ussman (2006)	Portugal	Inquéritos	141	Não	Objectivos da contabilidade de gestão

Joseph *et al.* (1996) realizaram inquéritos a trezentos e oito contabilistas de gestão, membros da CIMA – Chartered Institute of Management Accountants, que exercem actividade em empresas industriais e comerciais do Reino Unido. O objectivo deste estudo é analisar se as normas de contabilidade financeira influenciam ou não a contabilidade de gestão. Os resultados obtidos são contrários aos de Drury e Tayles (1994; 1995), pois mostram não haver evidência dessa influência, no entanto a variável utilizada para

a avaliar foi outra, os objectivos da contabilidade de gestão. Os inquiridos mostraram um claro desacordo com a afirmação de que a principal função da contabilidade de gestão é a de fornecer informação para a contabilidade financeira e, em simultâneo, mostraram concordância com a afirmação de que o principal objectivo da contabilidade de gestão é disponibilizar informação adequada à gestão, independentemente das exigências da contabilidade financeira. Os resultados contraditórios face ao trabalho de Drury e Tayles (1994), realizado no mesmo País, podem resultar da variável utilizada para analisar a influência, ou ainda dever-se ao facto de o estudo de Joseph *et al.* (1996) não ter sido realizado através de recolha de informação directa nas empresas, mas sim através de profissionais de contabilidade que desempenham a sua função em diversas empresas.

O estudo de Hopper *et al.* (1999) foi conduzido em onze PME japonesas, através da realização de entrevistas ao responsável pela contabilidade de gestão, com base num questionário previamente enviado. Em dez das empresas os entrevistados declararam que o principal objectivo da contabilidade de gestão era fornecer informação à contabilidade financeira. Estes autores concluem que existe uma prevalência da utilização dos métodos tradicionais de contabilidade de gestão, que pode ser justificada pelo facto de a mesma informação sobre custos ser utilizada para a contabilidade financeira e para a contabilidade de gestão. Embora utilizando a mesma variável que Joseph *et al.* (1996) para avaliar a influência, os resultados obtidos foram contraditórios, o que pode estar relacionado com diferenças entre países ou mais uma vez com o facto de Joseph *et al.* (1996) não inquirirem directamente as empresas mas sim profissionais de contabilidade considerados individualmente.

Haldma e Lääts (2002) realizaram inquéritos a responsáveis de sessenta e duas grandes empresas industriais da Estónia através dos quais concluíram que a maioria das empresas inquiridas utiliza as regras da contabilidade financeira na contabilidade de gestão, o que segundo os autores sugere a existência de uma certa influência (Haldma e Lääts, 2002: 25).

Alves e Ussman (2006) realizaram inquéritos postais a responsáveis de trezentas e sessenta e cinco grandes empresas industriais portuguesas. Os inquéritos foram enviados a responsáveis da área financeira, da área de produção e da área comercial. Para os responsáveis da área financeira, o principal objectivo da contabilidade de gestão é fornecer informação para a tomada de decisão. No entanto os próprios autores reconhecem que a fraca taxa de resposta é uma das limitações do estudo e recomendam investigação futura com o objectivo de confirmar os resultados encontrados.

No que respeita à influência das normas de contabilidade financeira sobre a contabilidade de gestão, os artigos revistos apresentam conclusões contraditórias, as quais podem estar relacionados com a variável utilizada para analisar a influência, uma vez que nenhum dos estudos utiliza simultaneamente mais do que uma variável para analisar o mesmo fenómeno. Torna-se assim necessária nova investigação que utilize simultaneamente as duas variáveis revistas para que se possa concluir se a opção por uma ou outra variável provoca ou não enviesamento dos resultados.

3. QUESTÃO DE ESTUDO

Diversos autores, nomeadamente Chua (1986), defendem que o processo de investigação é condicionado por três factores sequenciais. O primeiro refere-se aos pressupostos assumidos pelo investigador acerca da natureza da realidade do fenómeno, os quais caracterizam a sua posição ontológica. O segundo é a forma como o investigador considera que pode adquirir conhecimento sobre o fenómeno a estudar, a qual caracteriza a sua posição epistemológica. O terceiro é a metodologia que o investigador considera mais adequada para recolher evidência válida sobre o fenómeno.

A forma como se adquire conhecimento acerca de um fenómeno é condicionada pelo modo como se vê a realidade, o que significa que a posição epistemológica do investigador tem de ser coerente com a sua posição ontológica. Da mesma forma a metodologia de investigação escolhida tem de ser coerente com a posição epistemológica do investigador. Com base nestes três factores, vários autores classificam a investigação em contabilidade através da identificação de grandes paradigmas. Bhimani (2002, p. 101) define paradigma como “...a rota teórica de uma perspectiva de investigação...”.

Uma das classificações mais utilizadas para caracterizar os paradigmas de investigação em Contabilidade é a de Burrell e Morgan (Belkaoui, 2000) que se baseia em dois critérios. O primeiro define a posição do investigador sobre a natureza das ciências sociais, que se deve colocar entre dois extremos, a objectividade e a subjectividade. O segundo critério traduz a perspectiva que o investigador tem sobre a sociedade que pode ir desde a mudança radical até à regulação. O cruzamento destes dois critérios dá origem a quatro paradigmas de investigação (Belkaoui, 2000). O funcionalismo que se caracteriza por uma visão objectiva da realidade e pela procura constante da estabilidade social no sentido de manter a ordem. O interpretativismo que se baseia no mesmo equilíbrio social, mas com uma visão

mais subjectiva da realidade. O humanismo radical que se caracteriza por uma visão subjectiva da realidade, pressupondo no entanto a existências de transformações sociais. O estruturalismo radical que se baseia na mesma visão da sociedade que o humanismo, apenas se distingue pela perspectiva mais objectiva da realidade.

Nos estudos empíricos de contabilidade de gestão revistos não se identificaram estes quatro paradigmas de investigação, mas sim três. O funcionalismo, também conhecido por positivismo, é seguido por diversos autores, nomeadamente Watts e Zimmerman (1990), Chambers (1993) e Zimmerman (2001). O interpretativismo ou investigação interpretativa é seguido por Scapens (1990), Humphrey e Scapens (1996), Covaleski e Dirsmith (1988) e Burns e Scapens (2000), entre outros. O humanismo radical e o estruturalismo radical são normalmente agregados numa única categoria, a investigação crítica (Covaleski e Dirsmith, 1996; Bhimani, 2002; Baxter e Chua, 2003). Este tipo de investigação é seguido por autores como Miller e O' Leary (1987), Laughlin (1987) e Hopper e Armstrong (1991).

A investigação crítica distingue-se dos outros paradigmas pela especial atenção que é dada à problemática do conflito social e organizacional, com o objectivo de intervir na construção de uma sociedade mais ética e justa (Tilling e Tilt, 2004). Os investigadores críticos equacionam sistematicamente a ordem social das sociedades capitalistas (Bhimani, 2002). Na investigação em contabilidade, este paradigma apresenta como característica diferenciadora a singular atenção que é dada à inter-relação entre contabilidade e fontes de conflito, dominação e poder. O conflito de classes, a hegemonia das elites, o poder dos profissionais, são algumas das questões analisadas pela investigação crítica, numa tentativa de compreender as práticas contabilísticas (Covaleski e Dirsmith, 1996).

Os investigadores interpretativistas defendem a construção social da realidade. Nesta perspectiva, a realidade social torna-se uma construção humana criada na própria interacção social (Covaleski e Dirsmith, 1996; Bhimani, 2002). Esta visão da realidade leva a que se reconheça a existência de uma interacção entre o investigador e o objecto de investigação, o que leva a que o investigador tenha de interpretar a própria realidade com a qual interage (Chua, 1986). Estes pressupostos ontológicos determinam a posição epistemológica dos investigadores interpretativistas, para os quais a teoria e a prática não se encontram dissociadas. A teoria é utilizada para obter explicações sobre as acções observadas na prática (Chua, 1986). Relativamente ao estudo da contabilidade, esta abordagem considera que as práticas contabilísticas têm de ser estudadas nos contextos sociais e orga-

nizacionais onde se desenvolveram e foram aplicadas. A sua compreensão exige o estudo de três dimensões, a organizacional, a social e a pessoal (Morgan e Willmott, 1993). A primeira analisa a forma como as práticas contabilísticas se inserem na organização; a segunda estuda a forma como elas surgiram e se inserem nas diversas sociedades; a terceira verifica os efeitos da contabilidade sobre cada indivíduo em particular, nomeadamente ao nível da avaliação do desempenho.

O paradigma positivista começou a ser utilizado na investigação em Contabilidade no final da década de sessenta (Chambers, 1993). Esta abordagem tem subjacente uma concepção objectiva da realidade (Bhimani, 2002; Chua, 1986) e a existência de uma lógica de racionalidade na tomada de decisão, a qual é baseada na informação contabilística (Bhimani, 2002; Covaleski e Dirsmith, 1996), não contemplando assim a problemática do conflito organizacional. Essa concepção conduz a uma visão da realidade como algo externo ao investigador, o que pressupõe que os participantes nas organizações são passivos e não influenciam o meio no qual se inserem (Chua, 1986). Este paradigma caracteriza-se pelo facto de a observação dos fenómenos se encontrar separada da teoria e poder ser utilizada para a validar (Chua, 1986).

Relativamente à escolha do paradigma mais adequado para a investigação em contabilidade, Covaleski e Dirsmith (1996) consideram que os diferentes paradigmas tratam diferentes tipos de problemas, ou eventualmente o mesmo problema mas com uma perspectiva diferente sobre a sua natureza. Com base nesta ideia não identificam um paradigma de investigação como superior aos outros. Defendem o pluralismo paradigmático como forma de melhorar a compreensão dos múltiplos papéis desempenhados pela contabilidade de gestão nas organizações e na sociedade. Chua (1986) analisa os resultados obtidos pela investigação positivista, interpretativa e crítica, concluindo que os três paradigmas apresentam vantagens e desvantagens, as quais não são quantificáveis, pelo que não podem ser racionalmente avaliados.

Após uma análise crítica da revisão efectuada sobre os paradigmas de investigação em contabilidade, optou-se pela utilização do paradigma de investigação positivista por se considerar que o tipo de evidência que se pretende obter é compatível com uma concepção objectiva da realidade, considerando-a como algo externo ao investigador, e a existência de uma lógica de racionalidade na tomada de decisão baseada na informação contabilística, características estas associadas a este paradigma de investigação (Chua, 1986). Os objectivos deste trabalho não são compatíveis com

a visão subjectiva da realidade associada ao interpretativismo, nem com a necessidade de reconhecer e analisar as fontes de conflito existentes com a contabilidade, associada à investigação crítica.

Com base neste paradigma de investigação formulou-se a seguinte questão de estudo:

QUESTÃO DE ESTUDO – As normas da contabilidade financeira influenciam o método utilizado na contabilidade de gestão para valorar os produtos?

4. MÉTODO DE PESQUISA

Relativamente ao método de recolha de dados a utilizar neste trabalho, a questão de pesquisa anteriormente definida limitou as opções para duas, inquéritos ou entrevistas, uma vez que a evidência a recolher não é divulgada publicamente pelas empresas. Tornou-se então necessário definir qual dos dois seria o mais adequado. Abernethy *et al.* (1999) defendem que não existe um método de pesquisa ideal, todos eles apresentam vantagens e desvantagens. No entanto, estes autores defendem que o mais importante é encontrar o método mais adequado para recolher evidência sobre as questões de pesquisa definidas pelo investigador. Criticam o facto de muitas vezes o método ser considerado pelos investigadores como um fim em si mesmo e não como um meio para obter a melhor recolha de evidência para as questões em análise.

Como principais vantagens da utilização de entrevistas para recolher evidência sobre as questões formuladas neste trabalho, podemos identificar o facto de as matérias sobre as quais se pretende recolher evidência não se encontram normalizadas em Portugal, o que pode gerar diferentes denominações para a mesma realidade nas diferentes empresas. A utilização de entrevistas permite que os conceitos sejam explicados aos entrevistados o que gera uma maior fiabilidade das respostas (Bell, 2002). As entrevistas semi-estruturadas são particularmente úteis para recolher informação sobre a qual não há a certeza de todos os intervenientes compreenderem os conceitos que o investigador tenta avaliar (Abernethy *et al.*, 1999).

Os inquéritos são um método adequado para recolher informação sobre conceitos estandardizados, aceites e partilhados por todos os intervenientes, o que não se aplica às informações necessárias neste trabalho (Abernethy *et al.*, 1999). O facto de os inquiridos não terem oportunidade de clarificar dificuldades interpretativas, pode influenciar os resultados da própria investigação.

No entanto a utilização de entrevistas para recolher evidência sobre as questões deste trabalho, também apresenta desvantagens face à realização de inquéritos:

- O facto de a informação ser recolhida a partir de uma única fonte. Esta desvantagem é superada pela realização de inquéritos quando são inquiridas diversas fontes dentro da mesma empresa. No entanto, Abernethy *et al.* (1999) consideram que esta desvantagem pode ser superada quando o investigador tem a certeza de que o entrevistado tem o domínio da informação sobre a qual se pretende recolher evidência.
- As entrevistas consomem mais tempo do que os inquéritos (Bell, 2002), principalmente se forem realizadas em amplas áreas geográficas.
- As entrevistas potenciam a possibilidade de o entrevistador induzir a própria resposta do entrevistado (Bell, 2002), o que as torna um método mais subjectivo do que a realização de inquéritos. Abernethy *et al.* (1999) consideram que este factor não produz mais enviesamento na pesquisa do que o resultante da subjectividade de interpretação dos questionários.

Face ao tipo de questões de investigação colocadas neste trabalho, optou-se pela realização de entrevistas que permitissem recolher evidência, a mais variada possível, sobre as questões levantadas. Desta forma pretendeu-se recolher informação mais fidedigna na medida em que os conceitos básicos associados à contabilidade de gestão podem não ser utilizados da mesma forma por todas as empresas portuguesas. Optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas nas quais não se utiliza um questionário de base à entrevista mas sim um conjunto de tópicos sobre os quais esta tem de incidir (Bell, 2002). Para tal foi elaborado um plano de entrevista (anexo 1) que foi previamente testado em oito PME industriais do distrito de Lisboa. As entrevistas foram dirigidas apenas ao responsável pela contabilidade interna por se considerar que este tem o domínio da informação sobre a qual se pretendia recolher evidência e, dada a dimensão das empresas, uma visão global das mesmas.

5. RECOLHA DE DADOS

Este estudo pretende analisar o universo das PME industriais portuguesas classificadas como excelência pelo IAPMEI em 2000/2001. Apenas cento e sessenta e três empresas o conseguiram obter de forma consistente nos dois últimos anos da sua atribuição, constituindo assim o universo deste trabalho.

Após três fases de contacto conseguiu-se a marcação de reuniões em cinquenta e oito empresas (anexo 2). As entrevistas foram realizadas com o

responsável pela contabilidade interna, através de visitas às empresas entre Julho de 2005 e Julho de 2006. A distribuição geográfica das empresas que aceitaram participar neste trabalho é apresentada no Quadro Q2.

Quadro Q2 – Cobertura geográfica das entrevistas realizadas

Distrito	N.º empresas no universo	N.º entrevistas realizadas	% do universo
Braga	21	3	14%
Vila Real	1	0	0%
Porto	28	4	14%
Aveiro	46	6	13%
Viseu	7	7	100%
Coimbra	10	3	30%
Castelo Branco	1	0	0%
Leiria	23	14	61%
Santarém	4	2	50%
Lisboa	13	11	85%
Setúbal	6	6	100%
Évora	1	1	100%
Faro	1	1	100%
Ponta Delgada	1	0	0%

Foram analisadas empresas de onze dos catorze distritos do universo inicial, pelo que se considera ter obtido uma boa cobertura geográfica do universo em análise.

As cinquenta e oito empresas que aceitaram participar neste trabalho correspondem a uma taxa de participação de 36%, o que é comparável à de outros trabalhos analisados na revisão de literatura, nomeadamente Drury e Tayles (1994) que apresentam uma taxa de resposta de 35%, Haldma e Lääts (2002) com uma taxa de resposta de 34%, Joseph *et al.* (1996) com 31% e Alves e Ussman (2006) com 19%.

Segundo Pestana e Gageiro (2003) uma não resposta superior ou igual a 20% pode provocar um enviesamento dos resultados. Isto acontece se as empresas que não aceitaram participar tiverem características homogéneas e não dispersas, definindo assim uma categoria com características próprias. Esta ideia é confirmada por Young *et al.* (2005) ao referirem que a não resposta pode comprometer a generalização dos resultados para o universo que se pretende analisar. No entanto, estes autores consideram que este problema está mais relacionado com a medida em que as empresas respondentes são diferentes das não respondentes, do que da própria taxa de resposta.

Neste trabalho não se encontraram indícios de existir enviesamento provocado pelas empresas não respondentes, pelas seguintes razões:

- Em termos de cobertura geográfica do território português, estão representadas empresas de 79% dos distritos do universo, sendo que os três não cobertos tinham cada um apenas uma empresa. Assim o factor representatividade geográfica não é indicador de provocar enviesamento de resultados.
- Relativamente a uma distorção provocada pelo sector de actividade das empresas respondentes confirmou-se existir uma grande dispersão de CAE - Classificação das Actividades Económicas das empresas entrevistadas. A mesma dispersão é encontrada nas não respondentes, o que também sugere não ser este um factor de enviesamento dos resultados.
- Por último, coloca-se a possibilidade de distorção provocada pelo factor dimensão das empresas, a qual segundo Young *et al.* (2005) poder ser medida através do número de trabalhadores. Foi realizado um estudo nas empresas não respondentes relativamente ao número de trabalhadores. Verifica-se que o comportamento desta variável no grupo das não respondentes é idêntico ao do grupo das empresas entrevistadas. Para validar esta observação, utilizou-se o teste *t-student* para a igualdade das médias, apresentado no Quadro Q3, o qual não necessita do pressuposto da normalidade da variável em estudo, para amostras superiores a trinta (Pestana e Gageiro, 2003). O teste t tem como hipótese nula a igualdade das médias dos respondentes e dos não respondentes, e como hipótese alternativa as respectivas médias serem diferentes.

Quadro Q3 – Teste t de student respondentes versus não respondentes

	Teste Levene	valor-p	Valor Teste t	Graus liberdade	valor-p
Igualdade variâncias	0,212	0,646	1,165	161	0,246

O teste t aplicado é o que pressupõe a igualdade das variâncias, a qual foi analisada através do teste de Levene. Este último teste apresenta um valor-*p* de 0,646 que leva à não rejeição da hipótese nula da igualdade das variâncias, validando assim o teste *t-student*. O teste t resultante apresenta um valor de 1,165, para 161 graus de liberdade, com um valor-*p* de 0,246. Assim a decisão é a não rejeição da hipótese nula de igualdade das médias. Face aos resultados, podemos concluir que também não se recolheu evidência de que o factor dimensão possa provocar enviesamento dos resultados.

Esta análise permite-nos concluir que os resultados deste trabalho, embora não sendo válidos para todas as PME industriais portuguesas, podem caracterizar a realidade de um subconjunto dessas empresas, as

classificadas como excelência de forma consistente em 2000 e 2001. Abernethy *et al.* (1999) concluem que independentemente do método de investigação utilizado a generalização a partir de um único trabalho é necessariamente limitada. Estes autores consideram que a generalização em contabilidade de gestão tem de ser conseguida através de uma aplicação sucessiva em novas populações, locais e períodos temporais.

6. RESULTADOS

A preocupação de adequar a terminologia utilizada pelo investigador à utilizada pelas empresas, levou a que neste estudo empírico se substituísse a expressão “contabilidade de gestão” por “contabilidade interna” e a expressão “contabilidade financeira” por “contabilidade externa”. Esta substituição tornou-se necessária para que a terminologia utilizada pelo investigador não condicionasse as respostas dos entrevistados.

Para analisar a influência das normas da contabilidade financeira sobre a contabilidade de gestão foram encontradas, nos artigos revistos, duas variáveis diferentes:

- Nos artigos de Drury e Tayles (1994) e de Haldma e Lääts (2002) este fenómeno foi analisado através do facto de a valoração dos produtos nas duas contabilidades ser igual ou diferente.
- Nos trabalhos de Hopper *et al.* (1999), Alves e Ussman (2006) e Joseph *et al.* (1996) a variável utilizada foi o “principal objectivo da contabilidade interna” (fornecimento de informação para a contabilidade externa ou para a gestão da empresa?).

Qualquer um destes estudos apenas utilizou uma variável para analisar a influência, dando origem a resultados contraditórios. Os estudos realizados, no seu conjunto, não permitem concluir se os resultados obtidos estão ou não enviesados pela variável utilizada. Para suprir esta lacuna, no presente trabalho realiza-se a análise da eventual influência utilizando simultaneamente diversas variáveis:

- O objectivo que os responsáveis pela contabilidade interna consideram estar subjacente à valoração dos produtos.
- A eventual utilização de diferentes critérios de valoração dos produtos, para efeitos de contabilidade externa e interna.
- O tratamento dos custos não industriais na contabilidade interna.

a) Objectivos da valoração dos produtos

Os sistemas de valoração dos produtos encontrados nas cinquenta e oito empresas analisadas podem ser agrupados nas quatro categorias apresentadas na Quadro Q4:

Quadro Q4 – Valoração dos produtos

Valoração dos produtos	Frequências	Percentagens
Não apuram o custo dos produtos	14	24%
Custo real do produto	18	31%
Custo padrão do produto	6	10%
Custo misto produto	20	35%
Total	58	100%

- Em 35% das empresas o custo dos produtos tem componentes reais e padrão. Estas empresas repartem os custos indirectos industriais através de bases de imputação teóricas.
- Em 31% dos casos as empresas repartem os custos indirectos industriais através de bases de imputação reais, determinando um custo integralmente real para cada produto.
- Em 24% das empresas não se apura o custo dos produtos para efeitos de contabilidade interna. No entanto, este número esconde duas realidades distintas. Algumas das empresas valoram inventários de produtos na contabilidade externa, utilizando o valor das matérias consumidas ou critérios baseados no preço de venda de cada produto. Outras empresas referem nunca apresentar existências finais de produtos na contabilidade externa por trabalharem exclusivamente por encomenda e nunca as deixarem transitar de um ano para o outro.
- Em 10% dos casos utiliza-se um custo integralmente padrão para cada produto. Em três das empresas este é baseado na elaboração do orçamento anual; nos outros três casos trata-se de um padrão histórico sem uma periodicidade pré-definida para a sua revisão. Todas estas empresas valoram as existências finais de produtos a custo padrão e apenas uma delas não apura desvios entre o real e o padrão.

Os responsáveis das quarenta e quatro empresas que valoram produtos referiram como objectivos dessa valoração os que são apresentados no Quadro Q5.

Quadro Q5 – Objectivos da valoração dos produtos

Objectivos da valoração dos produtos	Frequências	Percentagens
Fornecer informação útil à gestão	40	91%
Valorar inventários para a contabilidade externa	0	0%
Valorar inventários e fornecer informação útil à gestão	4	9%
Total	44	100%

- A maioria dos responsáveis (91%) considera que o objectivo da valoração dos produtos é fornecer informação útil à gestão.
- Apenas 9% referem em simultâneo o fornecimento de informação útil à gestão e a valoração de inventários na contabilidade externa.
- Nenhum declarou como único objectivo a valoração de inventários na contabilidade externa.

Esta análise sugere que a valoração dos produtos na contabilidade interna não é feita para satisfazer os objectivos do reporte externo. No entanto esta observação tem de ser validada através de outras informações recolhidas nas entrevistas. Uma informação essencial para essa validação é verificar se as empresas utilizam ou não os mesmos critérios nas duas contabilidades.

b) Valoração dos produtos nas duas contabilidades

Para isso foi construída a variável “valoração nas duas contabilidades”, com as categorias de resposta apresentadas no Quadro Q6.

Quadro Q6 – Valoração nas duas contabilidades

Valoração nas duas contabilidades	Frequências	Percentagens
Um único critério	16	36%
Critérios diferentes	28	64%
Total	44	100%

- A primeira categoria engloba as empresas que utilizam o mesmo critério de valoração dos produtos nas duas contabilidades. Encontram-se nestas condições apenas 36% das empresas analisadas.
- A segunda inclui a maioria (64%) das empresas analisadas, as quais utilizam diferentes critérios na contabilidade interna e na externa.

Mais uma vez se recolheu evidência de não existir influência da contabilidade externa sobre as práticas de contabilidade interna analisadas. No entanto podemos ainda utilizar outra informação adicional para validar as inferências anteriores, a forma como são tratados na contabilidade interna aos custos não industriais.

c) A valoração dos produtos com custos não industriais

A valoração dos produtos com custos não industriais é ainda menos frequente nas empresas analisadas, tal como é apresentado no Quadro Q7.

Quadro Q7 – Custos não industriais

Custos não industriais	Frequências	Percentagens
Não valoram os produtos	31	53%
Valoram os produtos	27	47%
Total	58	100%

A maioria das empresas (53%) não utiliza estes custos para valorar os produtos na contabilidade interna. Revistas as entrevistas das vinte e sete empresas que o fazem, verificou-se que duas delas só valoram os produtos com os custos directos não industriais. As restantes 25 utilizam uma base para repartir os custos indirectos não industriais por produtos. As bases utilizadas podem ser agrupados em três categorias:

- A mais utilizada, em nove das empresas, é o valor das vendas de cada produto.
- Em oito empresas utiliza-se o custo das vendas de cada produto, como critério de repartição.
- As restantes oito empresas utilizam critérios diversificados, a maior parte relacionados com uma base de repartição teórica já utilizada para os custos indirectos industriais.

Se cruzarmos as categorias de resposta das variáveis “valoração nas duas contabilidades” e “custos não industriais”, obtemos os resultados apresentados no Quadro Q8 para as quarenta e quatro empresas agora em análise.

Quadro Q8 – “Valoração nas duas contabilidades” e “custos não industriais”

		Custos não industriais		Total
		Não valoram os produtos	Valoram os produtos	
Valoração nas duas contabilidades	Um único critério	12	4	16
	Crítérios diferentes	5	23	28
Total		17	27	44

O quadro anterior permite-nos observar que a maioria das empresas que valoram os produtos, também incorporam no seu valor os custos não industriais, trata-se de 27 em 44 empresas (61%).

Se as normas da contabilidade externa condicionassem a valoração dos produtos na contabilidade interna, as empresas limitavam-se a valorar os produtos com custos industriais, uma vez que são os únicos utilizados para valorar inventários. Ao repartirem por produtos os custos não industriais as

empresas não estão a satisfazer as normas de contabilidade externa mas sim a fornecer informação útil à gestão no âmbito da contabilidade interna.

No entanto o cruzamento destas duas variáveis apresenta resultados não esperados, os quais justificam a análise detalhada das respectivas entrevistas:

- Todas as empresas que valoram os produtos com custos não industriais deveriam ter critérios diferentes nas duas contabilidades, uma vez que o valor dos produtos na contabilidade externa apenas contém custos industriais. No entanto isso não se verifica. Das vinte e sete empresas que o fazem, quatro utilizam um único critério de valoração, o que obriga a uma análise cuidadosa das respectivas entrevistas. Essa análise confirmou que essas empresas valoram os produtos com custos não industriais, independentemente do objectivo dessa valoração. Embora com produtos muito diferenciados entre si (máquinas, artigos de borracha, portas e janelas em metal), todas elas têm em comum o facto de produzirem por encomenda de acordo com as especificações de cada cliente e de referirem não terem normalmente existências de produtos acabados no final do ano (só em curso de fabrico).
- Por outro lado seria provável que as empresas que valoram os produtos só com custos industriais utilizassem o mesmo critério nas duas contabilidades. No entanto isso não se verifica em cinco das dezassete empresas nessas circunstâncias, pelo que se procedeu a uma verificação cuidadosa das respectivas entrevistas. Em três empresas continua a utilizar-se um sistema antigo para valorar produtos na contabilidade externa (com base no preço de venda), apesar do actual sistema de contabilidade interna permitir um apuramento mais rigoroso do custo dos produtos. Duas das empresas valoram os produtos a custo padrão na contabilidade externa, apesar de na contabilidade interna apurarem o seu custo real.

Estas observações também parecem contribuir para a não validação da hipótese de que as normas de contabilidade externa influenciam a valoração dos produtos na contabilidade interna.

7. CONCLUSÃO

Foi recolhida evidência proveniente de três perspectivas diferentes, os objectivos da valoração dos produtos, a utilização de critérios diferentes nas duas contabilidades, e a forma como são tratados os custos não industriais, que sugere não existir influência das normas da contabilidade financeira sobre a forma como as empresas valoram os produtos na contabilidade de gestão.

Como principais limitações deste estudo reconhece-se o número de empresas que aceitaram colaborar e a possibilidade de o método de recolha de informação, as entrevistas, influenciarem as respostas dos entrevistados. Os resultados deste trabalho preenchem uma lacuna existente no conjunto dos estudos empíricos até agora realizados sobre este tema, uma vez que cada um deles apenas utiliza uma variável para analisar a eventual influência e apresentam resultados contraditórios entre si. A conjugação destes dois factores deixava em aberto a possibilidade de essa contradição resultar da utilização de uma determinada variável de análise em particular. Neste estudo utilizaram-se três variáveis diferentes e não se detecta nenhuma contradição entre os resultados obtidos com cada uma delas, o que resulta numa contribuição para o conhecimento nesta área pois permite excluir este factor como justificação para os resultados contraditórios dos estudos anteriores. No entanto torna-se evidente a necessidade de investigação futura para detectar outras causas possíveis para os resultados contraditórios encontrados nos estudos revisitos. Relativamente a Portugal, as conclusões agora obtidas são idênticas às reportadas por outro estudo já realizado, o que sugere que a diversidade dos Países possa ser um dos factores a provocar as diferenças nos resultados.

Referências

- Abernethy, Margaret A., e Chua, Wai Fong, e Lockett, Peter F., e Selto, Frank H. (1999) Research in managerial accounting: Learning from others' experiences. *Accounting and Finance*, 39, pp. 1-27.
- Alves, Maria do Céu Gaspar, e Ussman, Ana Maria (2006) O valor da informação contabilística na óptica do produtor e do utilizador da informação – estudo empírico. *Contabilidade e Gestão*, 2, pp. 117-138.
- Barrachina, Mercedes, e Ripoll, Vicente, e Gago, Susana (2004) Social research evolution in management accounting: reflection using Bunge's theory. *Critical Perspectives on Accounting*, 15, pp. 701-713.
- Baxter, Jane, e Chua, Wai Fong (2003) Alternative management accounting research – whence and whither. *Accounting, Organizations and Society*, 28, pp. 97-126.
- Belkaoui, Ahmed Riahi (2000) *Accounting Theory*. Thomson Learning, Business Press, 4^a ed.
- Bell, Judith (2002) *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva, 2^a ed.
- Bhimani, Alnoor (2002) European management accounting research: traditions in the making. *The European Accounting Review*, 11(1), pp. 99-117.
- Burns, John, e Scapens, Robert W. (2000) Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. *Management Accounting Research*, 11, pp. 3-25.

Chambers, R. J. (1993) Positive Accounting Theory and the PA Cult. *ABACUS*, 29(1), pp. 1-26.

Chua, Wai Fong (1986) Radical developments in accounting thought. *The Accounting Review*, LXI(4), pp. 601-632.

Covaleski, Mark A., e Dirsmith, Mark W. (1988) An Institutional Perspective on the Rise, Social Transformation, and Fall of a University Budget Category. *Administrative Science Quarterly*, 33, pp. 562-587.

Covaleski, Mark A., e Dirsmith, Mark W. (1996) Managerial accounting research: the contributions of organizational and sociological theories. *Journal of Management Accounting Research*, 8, pp. 1-35.

Drury, Colin, e Tayles, Mike (1994) Product costing in UK manufacturing organizations. *The European Accounting Review*, 3(3), pp. 443-469.

Drury, Colin, e Tayles, Mike (1995) Issues arising from surveys of management accounting practice. *Management Accounting Research*, 6, pp. 267-280.

Ferreira, Rogério Fernandes (2007) Opinar sobre contabilidade. *Jornal de Contabilidade*, XXXI(361), pp. 116-117.

Franco, Victor Seabra, e Lourenço, Isabel Costa, Oliveira, Álvaro Vistas, e Jesus, Maria Antónia, e Morais, Ana Isabel, e Major, Maria João, e Oliveira, Benvinda de Jesus, e Serrasqueiro, Rogério (2005) *Contabilidade de Gestão – Volume I. O apuramento do custo dos produtos e a informação de apoio à decisão*. Lisboa: Publisher Team.

Haldma, Toomas, e Lääts, Kertu (2002) Contingencies influencing the management accounting practices of Estonian manufacturing companies. *Management Accounting Research*, 13, pp. 379-400.

Hopper, Trevor, e Armstrong, Peter (1991) Cost accounting, controlling labour and the rise of conglomerates. *Accounting, Organizations and Society*, 16, pp. 405-438.

Hopper, Trevor, e Otley, David, e Scapens, Bob (2001) British management accounting research: whence and whither: opinions and recollections. *British Accounting Review*, 33, pp. 263-291.

Humphrey, Christopher, e Scapens, Robert W. (1996) Methodological themes. Theories and case studies of organizational accounting practices: limitation or liberation? *Accounting Auditing & Accountability Journal*, 9(4), pp. 86-106.

IAPMEI (2002) *Estrutura Empresarial Nacional*. Gabinete de estudos do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, Lisboa.

Innes, John, e Mitchell, Falconer (1995) A survey of activity-based costing in the U.K.'s largest companies. *Management Accounting Research*, 6, pp. 137-153.

Innes, John, e Mitchell, Falconer, e Sinclair, Donald (2000) Activity-based costing in the U.K.'s largest companies: a comparison of 1994 and 1999 survey results. *Management Accounting Research*, 11, pp. 349-362.

Johnson, H. Thomas, e Kaplan, Robert S. (1987) *Relevance Lost: The Rise and Fall of Management Accounting*. Boston: Harvard Business School Press.

Johnson, H. Thomas (1994) Relevance Regained: Total Quality Management and the role of management accounting, *Critical Perspectives on Accounting*, 5, pp. 259-267.

Joseph, N., e Turkey, S., e Burns, J., e Lewis, L., e Scapens, R., e Southworth, A. (1996) External financial reporting and management information: a survey of UK management accountants. *Management Accounting Research*, 7, pp. 73-93.

Joshi, P. L. (2001) The international diffusion of new management accounting practices: The case of India. *Journal of International Accounting Auditing & Taxation*, 10(1), pp. 85-109.

Kaplan, Robert S. (1986) Accounting Lag: The Obsolescence of Cost Accounting Systems. *California Management Review*, XXVIII(2), pp. 174-199.

Kaplan, Robert S. (1988) One Cost System Isn't Enough. *Harvard Business Review*, January-February, pp. 61-66.

Laughlin, Richard C. (1987) Accounting systems in organisational contexts: a case for critical theory. *Accounting, Organizations and Society*, 12, pp. 479-502.

Lukka, Kari, e Granlund, Markus (2002) The fragmented communication structure within the accounting academia: the case of activity-based costing research genres. *Accounting, Organizations and Society*, 27, pp. 165-190.

Miller, Peter, e O' Leary, Ted (1987) Accounting and the construction of the governable person. *Accounting, Organizations and Society*, 12, pp. 235-265.

Morgan, Glenn, e Willmott, Hugh (1993) The "New" Accounting Research: On Making Accounting More Visible. *Accounting Auditing & Accountability Journal*, 6(4), pp. 3-36.

Otley, David T. (1980) The contingency theory of management accounting: achievement and prognosis. *Accounting, Organizations and Society*, 5, pp. 413-428.

Pestana, Maria Helena, e Gageiro, João Nunes (2003) *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, 3ª ed.

Roslender, Robin (1996) Relevance lost and Found: Critical Perspectives on the Promise of Management Accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 7, pp. 533-561.

Scapens, Robert W. (1990) Researching Management Accounting Practice: The Role of Case Study Methods. *British Accounting Review*, 22, pp. 259-281.

Tilling, Matthew, e Tilt, Carol A. (2004) Alas poor critical accounting, we knew him, Karl. *Critical Perspectives on Accounting*, 15, pp. 557-563.

Young, S. Mark, e Wim, A. Van der Stede, e Chen, Clara Xiaoling (2005) Assessing de quality of evidence in empirical management accounting research: the case of survey studies. *Accounting, Organizations and Society*, 30, pp. 655-684.

Watts, Ross L., e Zimmerman, Jerold L. (1990) Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. *The Accounting Review*, 65(1), pp. 131-156.

Zimmerman, Jerold L. (2001) Conjectures Regarding Empirical Managerial Accounting Research. *Journal of Accounting and Economics*, 32, pp. 411-427.

ANEXO 1 – PLANO DE ENTREVISTA

1 – Informações sobre a empresa

Nome:

Local:

Data:

Número de trabalhadores:

2 – Informações sobre o entrevistado

Nome:

Função:

3 – Produtos fabricados

4 – Apuramento do custo dos produtos na contabilidade interna

4.1 – Objectivo do apuramento do custo dos produtos

4.2 – Custos industriais

4.2.1 – Custos reais? Em que componentes?

4.2.2 – Custos padrão? Em que componentes?

4.3 – Custos não industriais

Os custos directos são relacionados com os produtos?

Os custos indirectos são repartidos?

5 – Utilizam os mesmos critérios de valoração de produtos na contabilidade externa e na interna?

Sim. Porquê? Conscientemente, ou a contabilidade externa é condicionada pela contabilidade externa?

Não. Quais as diferenças?

6 – Denominação da contabilidade interna?

ANEXO 2 - ENTREVISTAS REALIZADAS

N.º	DATA	EMPRESA	DISTRITO	CAE	ACTIVIDADE
1	18/7/05	CONCRETOPE – Fábrica de Betão Pronto, S.A.	Setúbal	26630	Fabricação de Betão
2	20/7/05	CRIAMÁRMORE – Mármore Portugueses, Lda.	Évora	26701	Transformação de Mármore
3	10/10/05	SOCIMBAL – Sociedade Industrial de Alimentos, Lda.	Setúbal	15893	Fabricação de alimentos congelados
4	13/10/05	PORAMA – Industria de Madeiras, S.A.	Lisboa	20302	Indústria de madeiras
5	18/10/05	GUIDE – Artes gráficas, Lda.	Lisboa	22220	Impressão
6	18/10/05	RIETER – Componentes para Veículos, Lda.	Setúbal	34300	Produção componentes para automóveis
7	18/10/05	CSP – Componentes Semicondutores de Portugal, Lda.	Setúbal	32100	Fabricação de componentes electrónicas
8	25/10/05	OLEGÁRIO FERNANDES – Artes gráficas, S.A.	Lisboa	22220	Impressão
9	25/10/05	Covêlo e Pinto, Lda.	Setúbal	20101	Indústria de madeiras
10	29/10/05	Rodrigues e Almeida, Lda.	Faro	28401	Serralharia civil
11	8/11/05	Filipe e Henriques, S.A.	Leiria	36141	Fabricação de mobiliário
12	8/11/05	SOFIMA – Sociedade de fundição injectada da Maceira, Lda.	Leiria	27540	Industria metalúrgica - Fundição
13	14/11/05	Ferreira & Varela, Lda.	Santarém	26610	Fabricação de produtos de Betão
14	14/11/05	FORMATO – formulários Múltiplos Comerciais, S.A.	Leiria	22250	Impressão
15	22/11/05	PRISMET – Quadros Eléctricos, S.A.	Setúbal	31201	Fabricação de equipamento eléctrico
16	22/11/05	SOCTIP – Sociedade Tipográfica, S.A.	Santarém	22220	Impressão
17	5/12/05	Cerâmica Torreense de Miguel Pereira, Sucessores, Lda.	Lisboa	26401	Fabricação de tijolos
18	6/12/05	TOMIX – Indústria de Equipamentos Agrícolas Industriais, Lda.	Lisboa	29320	Fabricação de equipamento agrícola
19	6/12/05	JOPER - Indústria de Equipamentos Agrícolas, Lda.	Lisboa	29320	Fabricação de equipamento agrícola
20	6/12/05	Cerâmica do Outeiro do Seixo, S.A.	Lisboa	26401	Fabricação de tijolos
21	6/12/05	Cerâmica Rosário, S.A.	Leiria	26401	Fabricação de tijolos
22	31/1/06	Joaquim Duarte Urmal & Filhos, Lda.	Lisboa	26701	Transformação de mármore
23	13/3/06	COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.	Lisboa	15620	Fabricação de amidos
24	13/3/06	Manuel Peres Júnior & Filhos, S.A.	Lisboa	22220	Impressão
25	20/3/06	Texto Editores, Lda.	Lisboa	22110	Edição e impressão
26	21/3/06	Martelha – Cerâmica de Martingança, Lda.	Leiria	26401	Fabricação de tijolos
27	21/3/06	Plastimar – Indústria de Plásticos Penichenses, Lda.	Leiria	25220	Fabricação de artigos de plástico
28	21/3/06	Produtos Alimentares Peipen, Lda.	Leiria	15201	Fabricação de alimentos congelados
29	27/3/06	Leirviga – Pré-esforçados, Lda.	Leiria	26610	Fabricação de produtos de Betão

N.º	DATA	EMPRESA	DISTRITO	CAE	ACTIVIDADE
30	27/3/06	J. Coelho da Silva, Lda.	Leiria	26401	Fabricação de tijolos
31	27/3/06	Compogal – Indústria de Polímeros, S.A.	Leiria	24160	Fabricação de produtos químicos – granulado de PVC
32	11/4/06	Durit – Metalúrgica Portuguesa do Tungsténio, Lda.	Aveiro	28622	Fabricação de produtos metálicos – ferramentas e peças
33	11/4/06	Henrique Vieira & Filhos, Lda.	Aveiro	29320	Fabricação de equipamento agrícola
34	12/4/06	Guialmi – Empresa de Móveis Metálicos, S.A.	Aveiro	36120	Fabricação de mobiliário
35	12/4/06	Utilizas – Exportador de Artigos de Jardim e Lar, S.A.	Aveiro	28752	Fabricação de produtos metálicos - acessórios de wc
36	12/4/06	Indelague – Indústria Eléctrica de Águeda, S.A.	Aveiro	31620	Fabricação de equipamento eléctrico
37	12/4/06	Ramalhos, S.A.	Aveiro	29530	Fabricação de máquinas para indústria
38	24/5/06	DOMINÓ – Indústrias Cerâmicas, S.A.	Coimbra	26302	Fabricação de ladrilhos e mosaicos
39	24/5/06	IBEROBRITA – Produtora de Inertes, S.A.	Leiria	14210	Produção inertes (brita)
40	29/5/06	Coimbra Editora, Lda.	Coimbra	22110	Edição e impressão
41	2/6/06	BORVUL – Borrachas Vulcanizadas, Lda.	Leiria	25130	Fabricação de artigos de borracha
42	2/6/06	EMPOBOR – Empresa Portuguesa de Borrachas, Lda.	Leiria	25130	Fabricação de artigos de borracha
43	8/6/06	PAVICER – Pavimentos cerâmicos, Lda.	Coimbra	26610	Fabricação de produtos de Betão
44	4/7/06	ARTEBEL – Artefactos de Betão, S.A.	Leiria	26610	Fabricação de produtos de Betão
45	4/7/06	MARCOVIL – Metalomecânica de Viseu, S.A.	Viseu	29243	Fabricação de máquinas e equipamentos
46	4/7/06	FERMA – Fernando Martins de Carvalho & Irmãos, S.A.	Viseu	28120	Fabricação de portas e janelas em metal
47	12/7/06	PORTAX – Componentes de Móveis, S.A.	Viseu	36141	Fabricação de mobiliário
48	12/7/06	IBEROPERFIL – Perfis Postetranformados, S.A.	Viseu	36130	Fabricação de mobiliário
49	12/7/06	CONVESTE – Artigos de Vestuário, S.A.	Porto	18222	Confeção de vestuário
50	18/7/06	SOIMA – Sociedade Industrial de Máquinas, S.A.	Viseu	29520	Fabricação de máquinas para indústria
51	18/7/06	LABESFAL – Laboratórios Almiro, S.A.	Viseu	24421	Fabricação de medicamentos
52	18/7/06	A. DIAS RAMOS – Máquinas e Ferramentas, LDA.	Porto	29401	Fabricação de máquinas para o trabalho de metais
53	18/7/06	OXISOL – Construção Soldada, LDA.	Porto	28110	Fabricação de estruturas de construção metálica
54	19/7/06	FREZITE – Ferramentas de Corte, S.A.	Porto	28622	Fabricação de produtos metálicos – ferramentas e peças
55	19/7/06	CELOPLÁS – Plásticos para a Indústria, S.A.	Braga	25240	Fabricação de artigos de plástico
56	19/7/06	B. Sousa Dias & Filhos, S.A.	Braga	17210	Tecelagem de fio de algodão
57	19/7/06	A Cimenteira do Louro, Lda.	Braga	26610	Fabricação de produtos de Betão
58	31/7/06	Gouveia & Campos, Lda.	Viseu	18221	Confeção de vestuário